

DIFICULDADES PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.*

Moacir Teles Maracci**

Para compreender o que é a possível organização do trabalhador rural é necessário entender que esta categoria comporta uma diversidade de "tipos" sociais, refletindo diferentes situações do homem do campo não só no chamado mundo rural, mas no contexto maior da relação cidade campo. O processo de desterritorialização do homem do campo também comporta diversidade de situações, até porque a "passagem" do campo à cidade não é tão nítida, sem falar que nem todos os trabalhadores perdem seu vínculo com a terra, havendo aqueles que conservam por certo tempo uma forma de relação com a terra enquanto "terra de trabalho". Seja como for, é sempre um processo tenso, doloroso, porque implica uma brutal alteração do modo de vida do homem do campo (mesmo que ele não vá à cidade), o que leva à resistência.

A tendência à desterritorialização se materializa quando o trabalhador rural perde completamente a autonomia para a obtenção de bens que garantam o seu sustento. Por parte do capital em expansão há um processo de expropriação que ocorre à vista dessa diversidade de situações e tipologias. O proletário rural, o parceiro, o morador, o meeiro, o pequeno produtor, estabelecem enfrentamentos diferenciados à expansão do capitalismo no campo, ainda que tenham em conta que o "inimigo" (o capital) é o mesmo. (1)

Em consequência, a identidade comum que viabilizaria alguma organização política dos trabalhadores rurais, não se estabelece de imediato. É bastante problemático englobar os "tipos" sociais em uma única categoria de análise (ou "classe", de acordo com uma interpretação funcionalista), porque existe antagonismo entre segmentos específicos. Até no plano subjetivo podemos observar que há diferentes representações a respeito da terra, do

* Texto produzido em abril de 92 à luz de uma versão preliminar composta em 14 de novembro de 1.990 para avaliação na disciplina "Sociologia Urbana e Rural, do curso de Bacharelado em Geografia, ministrada pela Prof. Marília Gomes Campos Libório, a quem agradeço. Agradeço também ao Prof. José Gilberto de Souza pela leitura do texto original e pela crítica estimulante que motivou uma revisão que resultou no presente texto.

** Aluno do Bacharelado em Geografia, FCI/UNESP/PP

(1) Veja em MARTINS, José de Souza Expropriação e violência a questão política no campo São Paulo Hucitec, 1980

trabalho, do produto, da natureza, etc

A investigação de possibilidades de organização dos trabalhadores passa pela observância de alguns aspectos que são como que condições "sine qua non"

- a identidade comum na visão da terra enquanto meio de vida,
- a identidade comum de oprimidos ante a expansão do capitalismo;
- o espaço público como espaço comum de reflexão coletiva, desde o local de morada até o espaço do cotidiano;
- linguagem comum a permitir uma maior fluência entre os membros de uma comunidade, que proporciona, por sua vez, maior reflexão coletiva dos problemas vivenciados;
- ideais comuns a abrir a perspectiva da transformação de suas condições de vida, motivada pela intimidade com a terra e seus companheiros.⁽²⁾

Tudo isto comporta várias modalidades de relações, como a relação homem-meio, sociedade-estado, homem-Deus, ou seja, ainda que exista uma diversidade de situações e/ou comportamentos sociais, é possível falar de um contexto mais global em que estas relações estão contidas. Isto significa apreender as peculiaridades que estão no dia a dia do mundo rural, mas levando em conta que esta diversidade constitui uma unidade.

Mas há problemas específicos a enfocar. Em primeiro lugar, o fato do campo constituir um fator de dispersão (ao contrário da cidade). Não é necessariamente um dado inerente ao campo, mas sim devido às condições específicas da estrutura fundiária brasileira, baseada na grande propriedade territorial, e ainda às condições e/ou estágios das forças produtivas no campo. As dificuldades de comunicação são maiores, por isso mesmo o enfrentamento com o latifundiário é frequentemente desastroso para o trabalhador. Existe uma questão social no campo que se caracteriza por inúmeros conflitos fundiários, na verdade uma guerra civil surda devido ao isolamento dos trabalhadores rurais entre si, e destes em relação aos centros de manifestação da "opinião pública"

Em segundo lugar, a ação do Estado tem o sentido de esvaziar o conteúdo político destas convulsões sociais, mediante a diminuição do poder

(2) Cabe dizer aqui, que não se trata aceitar acriticamente a imagem de Marx e Engels: "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (Ideologia Alemã), mas mostrar que, concordando com Marcelo de Souza, "o espaço não é agente, mas paciente, ainda que um paciente especial que condiciona decisivamente os agentes" (Ver Souza, Marcelo José Lopes Espaciologia: uma objeção crítica aos prestígiamentos pseudo-críticos do Espaço Social)

político da oligarquia rural no plano local. O Estado se constituindo em mediador de conflitos, mascara a contradição trabalhador rural-fazendeiro, buscando transformá-la em meras questões jurídicas. Através dos casuismos jurídicos e dos entraves burocráticos, o Estado passa a ser o principal agente de opressão ao trabalhador rural (não faltando ai, o "poder de polícia")⁽³⁾

Feita esta leitura, o próximo passo é averiguar as pistas que possam auxiliar o pesquisador na tarefa de problematizar sobre a organização do trabalhador rural. Dificilmente se poderá levar a resultados satisfatórios um esforço que privilegie apenas o aspecto da luta de classes. Pensamos que é um reducionismo acentuado mesmo que se tenha em conta que existe a classe que domina (os grandes fazendeiros) e a classe dominada (os trabalhadores rurais). Esta é a questão central do enfoque os vários "tipos" de trabalhadores rurais, podem ser englobados em uma "classe"? Se isso pudesse ser confirmado, em tese a organização seria mesmo complexa, isto é, na prática, o tempo para uma organização seria menor, pois as "condições objetivas" estão colocadas e bastante perceptíveis (veja o fato da resistência ante o processo de expulsão que enfocamos no início), vale dizer, as duras condições de vida do homem do campo são sentidas a nu, bastando reuniões de pessoas para a elaboração de estratégias conjuntas de ação. No entanto, tal não ocorre. Por quê?

Pensamos que a consciência do trabalhador rural não é um dado "em si", descolado do tecido social, uma vez que reflete diferentes formas de agir/pensar sobre os problemas cotidianos. Aprofundando o raciocínio, temos que, sendo a consciência resultante da relação homem-meio, é também resultante de relações societárias, dentro da realidade que procuram refletir-realidade de problemas, de visões de mundo, de cultura, valores, o que coloca o processo de conscientização no aspecto dinâmico das relações intersubjetivas. Isto para nós, revela a essência do processo de socialização ou do espaço como dinâmica social

Podemos constatar atualmente, à luz dos últimos fatos que observamos no campo brasileiro, que a organização do trabalhador rural encontra-se em estágio avançado. A criação dos MST (Movimento dos Sem Terra) é ilustrativo disso. Organizada em todos os Estados da Federação, esta

(3) Quando houve a ocupação da Fazenda São Bento, no Pontal do Paranapanema, a imprensa de Presidente Prudente enfatizou demais a questão jurídica, procurando mostrar à opinião pública que aquele acontecimento é resolvido através de advogados "competentes". Dai haver um sem-fim de notícias de liminares, ações em juízo, etc. que punham em evidência os figurões da "jurisprudência" local. Uma escandalosa escamoteação da relação entre lei e justiça que engendra uma "ideologia do jurídico"

entidade tem conseguido apontar perspectivas transformadoras para a realidade do homem do campo. Mas, para a reflexão que tentamos desenvolver aqui, buscamos o exemplo da atuação da Igreja, através das Comissões Pastorais da Terra (CPT). A Igreja, enquanto instituição, tem proporcionado aos trabalhadores rurais um "espaço adequado" para a reflexão de suas realidades cotidianas (4) Além disso, os membros da CPT atuam a favor dos lavradores sem terra, através da convivência com eles, seus problemas, suas esperanças... (5) Assim, "o espaço adequado" é extensão do cotidiano rural. É notório que praticamente todos os movimentos de trabalhadores rurais de que se tem notícia, contaram com importante participação da Igreja.

Isto leva a pensar que o homem do campo (aliás, não só ele, está claro), tem no seu rol de preocupações o escatológico, dado pelo êxtase religioso, além de suas preocupações materiais de sobrevivência. (6) Aqui se percebe que o ato de refletir não é apenas motivado pela sobrevivência, mas pela busca do reencontro com a "sua" natureza, o que coloca o aspecto místico como integrante da totalidade do Homem. O processo de organização do trabalhador rural necessariamente pela exteriorização de sua subjetividade. Em que pesem dificuldades apontadas (e por causa delas), a organização dos trabalhadores tem se viabilizado no plano da intersubjetividade que constitui a tessitura das relações societárias (pelo menos no caso do campo). Este processo de "refletir/participar/conduzir" requer, sem dúvidas, as "condições objetivas", mas o sujeito da transformação comporta esses "dois" entes: o objetivo e o subjetivo. É ele que faz a História

(4) Sobre esse aspecto, ver em Martins, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982; e Tarelho, L.C. O movimento dos Sem-Terra de Sumaré, Revista Terra Livre nº 6. AGB. Marco Zero, 1989.

(5) Este fato foi observado pessoalmente nos assentamentos rurais de Corumbá (MS) e ocorre em todo o país, segundo depoimento de um membro da CPT

(6) Uma leitura da Bíblia que realmente esteja isenta de "tabus", que enfoque a história dos hebreus dentro das condições históricas em que se encontravam, permite perceber uma projeção da "idade de ouro" para o futuro. Aliás, segundo Frei Betto (O batismo de Sangue). "Marx também é tributário da historicidade desse povo"